



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Comitê Gestor Nacional do Processo Judicial Eletrônico instalado na Justiça do Trabalho
REUNIÃO DE 2/3/2021

REGISTRO DE REUNIÃO

PRESENCAS	
MEMBROS EFETIVOS	Presente
Fabiano de Abreu Pfeilsticker Juiz Auxiliar da Presidência do TST - Coordenador do Comitê	x
Dalila Nascimento Andrade Desembargadora Presidente do TRT da 5ª Região - Representante do COLEPRECOR	x
Carolina da Silva Ferreira Secretária-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho	x
Fábio Portela Lopes de Almeida Assessor - Representante da Presidência do TST	x
Fábio Massahiro Kosaka Procurador do Trabalho - Representante do MPT	x
Luiz Antônio Mendes Garcia Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT	x
Fabiano de Andrade Lima Secretário de Tecnologia da Informação do TST	x
Márcio Nisi Gonçalves Secretário de Tecnologia da Informação do TRT da 2ª Região	x
Claudio Luidi Gaudensi Coelho Representante da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho	ausente
Tamiride Monteiro Leite Advogada - Representante da OAB	x
Theo Lucas Borges De Lima Dias Procurador da Fazenda Nacional - Representante da AGU	x
Villermardo Ribeiro Dos Santos Técnico Judiciário - Representante da Coordenadoria de Gestão Documental do CSJT	ausente
CONVIDADOS	Presente
Christiano Guimaraes de Carvalho Coordenador Técnico do Processo Judicial Eletrônico do CSJT	x
Ana Letícia Moura Vilela Chefe do Núcleo de Apoio à Governança e Gestão do CSJT	x



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**Comitê Gestor Nacional do Processo Judicial Eletrônico instalado na Justiça do Trabalho
REUNIÃO DE 2/3/2021**

Atenção: A reunião poderá ser gravada para subsidiar a elaboração da Ata de Reunião. Em seguida, a gravação será eliminada, devendo quaisquer consultas aos temas abordados ser realizados por meio dos registros em Ata.

• Pendências de Reuniões Anteriores

Ementa:

- Aprovação da Ata da reunião anterior.

Deliberações:

- Não houve análise.

1. Problema com a fonte utilizada na nova versão do PJe

Ementa:

- A fonte para o padrão do TST, a Courier New, tamanho 12, ficou ruim para leitura em tela no PJe.

Deliberações:

- Será aumentada a fonte para o tamanho 14 na próxima versão.

2. O editor de texto do PJe não permite alteração após salvamento de minuta

Ementa:

- Reclamação trazida ao comitê pela Desembargadora Dalila: o editor de texto do PJe não permite alteração após salvamento de minuta.

Deliberações:

- Comentou-se que o problema estará superado com a instalação do novo editor de texto do PJe (desenvolvido pelo TRT 4), cujo funcionamento requer a prévia instalação do Plenário Eletrônico e da Secretaria Eletrônica, os quais ainda estão recebendo ajustes propostos pelo TST e espera-se que fiquem disponíveis para testes em fase piloto em breve em algum TRT.

3. Andamento do Escritório Digital

Ementa:

- Questão trazida à pauta pela Desembargadora.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**Comitê Gestor Nacional do Processo Judicial Eletrônico instalado na Justiça do Trabalho
REUNIÃO DE 2/3/2021**

Deliberações:

- Comentou-se que a ferramenta é de responsabilidade do CNJ e que sua sustentação estaria delegada à OAB e ao TJ do Rio de Janeiro. Acrescentou-se que o foco do desenvolvimento tecnológico na atual administração do CNJ passou a ser a Justiça 4.0 e, assim, aparentemente o projeto do Escritório Digital não teria avançado muito. Enquanto não são promovidas as necessárias evoluções do Escritório Digital, a Justiça do Trabalho está aprimorando o Painel do Advogado no PJe. A representante da OAB trará ao comitê atualização sobre a evolução do desenvolvimento da ferramenta naquela instituição.

4. Não é possível abrir mais de uma sessão de julgamento no PJe simultaneamente

Ementa:

- Não é possível abrir mais de uma sessão de julgamento no PJe simultaneamente

Deliberações:

- Explicou-se que é uma regra implementada por questão de segurança e o comitê não discordou da regra.

5. Falha apresentada na nova versão do PJe referente à LGPD

Ementa:

- Há relatos de que não é possível na nova versão a assinatura dos oficiais de justiça em certidões de devolução de diligência

Deliberações:

- Ventilou-se a possibilidade de lançar uma versão o quanto antes visando à imediata correção deste problema, deixando outras evoluções para uma versão seguinte.

Registro de Reunião elaborado por:

Myriam Leite
Técnica Judiciária – Assistente 5

Revisado por:

Luiz Antônio Mendes Garcia
Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT